



Integra: Afif assume desafio do Ministério das Pequenas e Micro

Setor tem crescimento, porém, com muita burocracia, forte tributação e infra-estrutura deficiente

Carolina Mazzi*

Na última segunda-feira (6), a Presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou Afif Domingos (SP/PSB) como ministro das Pequenas e Microempresas, quase 40 dias após a criação do ministério. O político assume uma pasta em ascensão, mas ainda cheia de problemas.

Após a sanção das leis do Microempreendedor Individual (MEI) e da Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, o número de empresários formais no Brasil cresce anualmente. Porém, a forte burocracia, a tributação elevada e as deficiências da infra-estrutura travam o crescimento do setor.

"Estes problemas não só freiam a criação de novos empreendimentos, mas funcionam como entraves para que as empresas recém-criadas ou já existentes se dinamizem e diversifiquem", afirma o economista João Bonomo, professor de Empreendedorismo do Ibmec/MG.

Para ele, ainda que fundamentais no crescimento da economia, ainda há pouco incentivo governamental direcionado aos empresários menores. "A partir da década de 60, as pequenas e médias empresas começaram a ter cada vez mais importância na geração de riqueza no Produto Interno Bruto (PIB), além de serem responsáveis pela geração de emprego formal, direto ou indireto", afirma.

Segundo o especialista, cerca de 66% dos trabalhadores com carteira assinada estão nas pequenas e micro empresas. "O Brasil acordou dez anos atrasado para começar as políticas de incentivo, que se iniciaram no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Brasil Empreendedor, e se expandiram nos últimos anos. Ainda sim, são ineficientes", analisa.

Para o consultor Márcio de Oliveira Santos Filho, sócio da Inseed Investimentos, a vontade de se abrir um negócio no Brasil não é fomentada oficialmente pelas autoridades, o que explica o alto nível de "empreendedores por necessidade" no país, que são pessoas que acabam investindo em negócios para subsistência.

"Uma economia saudável tem mais empreendedores por 'oportunidade', pessoas que veem uma deficiência no mercado e a preenchem. Além da educação falha, o ambiente para negócios é ruim, a infra-estrutura é deficiente e tudo é muito caro e burocrático. O brasileiro é muito persistente e obstinado e consegue ir além dessas barreiras. É quase inexplicável, um talento natural", acredita.

Crescimento, apesar de tudo

Apesar do ambiente ruim para empreender, o Brasil já é o 3º país com o maior número de empreendedores do mundo, atrás apenas de China e Estados Unidos, segundo dados do GEM (Global Entrepreneurship Monitor). E a tendência é de crescimento continuado: dos 1,2 milhão de novos negócios que surgem todo ano, mais de 99% são de micro e pequenas empresas e estão localizados na região mais urbanizada do país, o Sudeste.

Um dos dados mais curiosos em relação aos empreendedores brasileiros diz respeito à classe social: grande parte deles está na camada mais pobre da população, o que explica o já citado "empreendedorismo por necessidade". O historiador André Azevedo, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), afirma, porém, que, muito além da necessidade citada por Santos Filho, características históricas determinaram esta "contradição" nacional.

"A elite do Brasil quer ser funcionária pública, promotor, juiz e etc. Então, sobra para a camada mais baixa da pirâmide a função de criar, de empreender, inovar", analisa. Segundo ele, um dos responsáveis pelo alto nível de empreendimento das



camadas mais pobres é também um fenômeno do século 19, chamado "escravidão de ganho".

"Na época, a burguesia urbana obrigava seus escravos a procurar proventos na cidade. Alguns roubavam, mas grande parte arriscava em novos negócios. E os ex-escravos, que continuavam à margem da sociedade, acabavam sendo obrigados a buscar proventos pelo próprio esforço. Estes fenômenos ainda fazem parte da identidade da população, principalmente quando vemos que é muito comum no Brasil associar o trabalho para o outro como escravidão, como prisão. Aqui, é preciso ser o 'próprio patrão'".

Micro-Empreendedor Individual (MEI)

A coordenadora do Sebrae para "Projetos de Empreendedorismo das Comunidades Pacificadas", Carla Teixeira, lembra ainda da importância da aprovação da lei do Empreendedor Individual (EI) em 2008, que facilitou a legalização dos negócios informais. "Antes, era impossível. Agora, para os empreendedores bem pequenos, a burocracia é quase nada e as taxas são muito baixas".

Bonomo elogia a lei, mas reclama que sua abrangência é muita pequena. "Os negócios rapidamente ultrapassam o teto do MEI, que é de 36 mil ao ano, e têm que optar depois para outro regime, muito mais burocrático", analisa.

A MEI elimina a necessidade de um corretor e a contribuição tributária não ultrapassa 37,10 reais ao mês.

Informalidade

As dificuldades para se montar um negócio acabam incentivando a propagação das empresas informais, que remuneram abaixo do mercado formal, além de deixarem o empregado e o empresário desprotegidos. No Brasil, cerca de 45,4% do total de empregados (cerca de 11,5 milhões, segundo a PME) estão na informalidade, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda sim, com os recentes incentivos do governo, o número tem caído. Há 11 anos, os empregados informais do país ultrapassavam os 54% da mão de obra total.

O presidente do Ipea, Marcelo Neri, afirma que o país tem evoluído, mas alerta para a necessidade de diminuir ainda mais estes números. "Informalidade é um mal do pobre. Digo mal porque o trabalhador fica sem cobertura previdenciária e outros benefícios de um trabalhador formal".